



Sobre a *Lei de Cuidado a Idosos de 2024*

About the *Aged Care Act 2024*

A nova Lei de Cuidado a Idosos entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2025. Ela constituirá a base legal principal para o funcionamento do sistema de cuidados a idosos. Esta ficha informativa traz um resumo de cada capítulo da Lei e explica o que o Governo da Austrália está fazendo para apoiar as mudanças agora e no futuro.

Fundamentação da nova Lei

A [Royal Commission into Aged Care Quality and Safety](#) (Royal Commission) [Comissão Real para Qualidade e Segurança do Cuidado a Idosos] publicou seu relatório final em março de 2021. O relatório estabeleceu formas de melhorar o sistema de cuidados a idosos. A principal recomendação da Royal Commission foi que o Governo da Austrália elaborasse uma nova Lei de Cuidado a Idosos baseada em direitos.

Buscamos as opiniões de todos sobre as mudanças na legislação de cuidado a idosos e apresentamos o Projeto de Lei de Cuidado a Idosos de 2024 em setembro de 2024. O texto foi aprovado pelo Parlamento Australiano (o Parlamento) em novembro de 2024 e sancionado como nova lei em 2 de dezembro de 2024. A nova Lei de Cuidado a Idosos entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2025.

Em novembro de 2024, o Parlamento também aprovou o Projeto de Lei de Cuidado a Idosos (Disposições Consequenciais e Transitórias) de 2024. Esse instrumento legal ampara a transição para a nova Lei de Cuidado a Idosos.

Visão geral da nova Lei

A nova Lei atende a 58 das recomendações da Comissão Real. Também institui legislação sobre:

- o documento Statement of Rights [Declaração de Direitos] para pessoas idosas.
- quem pode acessar os serviços de cuidado a idosos
- o financiamento dos serviços de cuidado a idosos previstos na nova Lei, incluindo o que será custeado pelo governo e o que poderá ser cobrado de uma pessoa idosa
- o programa Support at Home [Assistência Domiciliar]
- Aged Care Quality Standards [Padrões de Qualidade de Cuidado a Idosos] reforçados – que estabelecem os critérios para a prestação de serviços de cuidado a idosos com qualidade e segurança.
- maiores poderes para o órgão regulador, a Aged Care Quality and Safety Commission [Comissão de Qualidade e Segurança dos Cuidados a Idosos].

A nova Lei visa fortalecer o sistema australiano de cuidados a idosos. Ela afetará a todos que integram o sistema de cuidados a idosos. Ela irá:

- modificar a forma como os prestadores de cuidado a idosos oferecem serviços às pessoas idosas em suas casas, ambientes comunitários e lares de idosos
- introduzir legislação para assegurar um cuidado a idosos seguro, respeitoso e que promova a qualidade de vida
- substituir as leis de cuidado a idosos atuais.

A nova Lei se aplica aos serviços de cuidado a idosos financiados pelo governo. Isso inclui programas que a legislação de cuidado a idosos anterior não contemplava. Por exemplo, o programa National Aboriginal and Torres Strait Islander Flexible Aged Care (NATSIFAC) [Cuidados Flexíveis para Idosos Aborígenes e Ilhéus do Estreito de Torres] e o Commonwealth Home Support Programme (CHSP) [Programa de Assistência Domiciliar da Commonwealth].

A nova Lei também estabelece um novo modelo regulatório para gestão dos cuidados a idosos. O modelo visa apoiar os prestadores registrados para que ofereçam cuidados a idosos com excelência e maior responsabilização.

Capítulo 1 – Introdução

O Capítulo 1 detalha os conceitos e a terminologia empregados na nova Lei. Isso garante que todos utilizem os termos da mesma forma e que papéis e responsabilidades estejam claramente definidos.

O Capítulo 1 inclui:

- os objetivos da nova Lei – que descrevem a finalidade da legislação
- a Declaração de Direitos – que estabelece os direitos das pessoas idosas no sistema de cuidados a idosos
- a Statement of Principles [Declaração de Princípios] – que orienta como os profissionais e entidades devem agir e tomar decisões conforme a nova legislação.

Ele também explica o papel dos apoiadores ao ajudar as pessoas idosas em seus processos decisórios.

Capítulo 2 – Ingresso no sistema de cuidados a idosos

O Capítulo 2 explica quem pode acessar os serviços de cuidado a idosos financiados.

Inclui os requisitos de idade para o acesso aos cuidados a idosos. Isso ajudará o governo a alcançar seu objetivo de não ter pessoas jovens vivendo em lares para idosos.

O Capítulo descreve como as pessoas podem ser aprovadas para acessar os serviços de cuidado a idosos. Uma linha única de avaliação reúne os diferentes serviços de avaliação em um sistema unificado.

O Capítulo 2 detalha os seguintes processos:

- como avaliamos as necessidades e decidimos o financiamento para cuidados em lares de idosos usando a Australian National Aged Care Classification (AN-ACC) [Classificação Nacional Australiana de Cuidados a Idosos]
- como avaliamos as necessidades, decidimos quais serviços uma pessoa pode acessar e definimos o financiamento do programa Support at Home
- quem recebe acesso prioritário aos serviços de cuidado a idosos financiados
- como as pessoas podem obter uma vaga para acessar os serviços de cuidado a idosos.

Capítulo 3 – Prestadores de serviços, trabalhadores e operadores de plataformas digitais credenciados

Os prestadores devem se registrar junto à Aged Care Quality and Safety Commission (Commission) [Comissão de Qualidade e Segurança dos Cuidados a Idosos] antes de prestarem seus serviços de cuidado a idosos. O Capítulo 3 explica como a Comissão avaliará as solicitações de registro. A Comissão também aprovará lares de idosos como parte desse processo.

O Capítulo 3 descreve as regras e obrigações para:

- prestadores de serviços registrados, ainda que subcontratem parte dos serviços
- trabalhadores
- pessoas responsáveis – pessoas em cargos de liderança nos prestadores de serviços de cuidado a idosos.

A Comissão poderá adotar ações regulatórias caso um prestador não cumpra as condições de credenciamento. Isso pode acarretar penalidades civis rigorosas.

O Capítulo 3 também descreve as novas obrigações dos prestadores registrados e das pessoas responsáveis. Também há novas obrigações para os provedores de plataformas digitais que criam sites, aplicativos ou sistemas para apoiar a prestação de serviços de cuidado a idosos.

Capítulo 4 – Taxas, pagamentos e subsídios

O Capítulo 4 explica como o financiamento dos serviços de cuidado a idosos funcionará. Isso inclui o que o governo pagará e quanto os prestadores registrados poderão cobrar das pessoas idosas.

O Capítulo 4 define:

- quando o financiamento do governo será baseado em subsídios ou subvenções
- quando o financiamento é pago por meio de programas de cuidado a idosos especializados, como o CHSP ou o NATSIFAC.

O Capítulo 4 especifica as partes dos subsídios que são baseadas nas necessidades da pessoa e as partes que se baseiam nos custos fixos do prestador.

Também estabelece o que as pessoas podem precisar pagar pelos serviços de cuidado a idosos financiados e como os prestadores devem gerenciar esses pagamentos.

O Capítulo explica como funciona a avaliação de recursos para cuidados em lares de idosos e do Support at Home. O teste de recursos não se aplica a programas de cuidado a idosos especializados.

O Capítulo 4 inclui regras sobre como os prestadores registrados podem:

- firmar contratos de prestação de serviços de alojamento com pessoas idosas
- cobrar pelos serviços de alojamento
- gerenciar depósitos reembolsáveis referentes aos serviços de alojamento.

Capítulo 5 – Governança do sistema de cuidados a idosos

O Capítulo 5 explica quem gerenciará o sistema de cuidados a idosos e como. Isso é chamado de governança.

Uma variedade de funções gerenciará o sistema de cuidados a idosos:

- o Secretário do Department of Health, Disability and Ageing, chamado de System Governor [Gestor do Sistema] – gerencia como o sistema de cuidados a idosos opera, incluindo a garantia de acesso justo aos serviços
- o Inspector-General of Aged Care [Inspetor-Geral de Cuidado a Idosos] – monitora o sistema de cuidados a idosos e apresenta relatórios ao Parlamento
- o Aged Care Quality and Safety Commissioner (Commissioner) [Comissário de Qualidade e Segurança dos Cuidados a Idosos] – administra o registro de prestadores de serviços e regula a qualidade, a segurança e as questões financeiras dos cuidados a idosos. Também assegura que os prestadores de cuidados a idosos atuem de forma transparente e ética
- o Complaints Commissioner [Comissário de Reclamações] – atende às reclamações apresentadas à Comissão
- o Aged Care Quality and Safety Advisory Council [Conselho Consultivo de Qualidade e Segurança dos Cuidados a Idosos] – supervisiona o trabalho da Comissão.

Capítulo 6 – Mecanismos regulatórios

O Comissário, o Comissário de Reclamações e o Gestor do Sistema disporão de um conjunto de poderes para exercer suas funções. O Capítulo 6 explica como eles podem usar esses poderes. Também descreve como o Comissário pode permitir que uma pessoa autorizada entre em um lar de idosos sem o consentimento de um prestador ou sem um mandado.

O Capítulo 6 confere poderes para coleta de informações e emissão de avisos legais. Esses poderes garantem que o Comissário, o Comissário de Reclamações e o Gestor do Sistema possam obter as informações necessárias para cumprir suas funções.

O Capítulo também prevê a emissão de ordens de interdição. Uma ordem de interdição é uma forma de impedir que profissionais e prestadores que tenham cometido irregularidades sigam oferecendo determinados tipos de serviços de cuidado a idosos.

Capítulo 7 – Gestão de informações

O Capítulo 7 inclui novas regras para gestão de informações no sistema de cuidados a idosos. Isso ajudará a proteger a privacidade das pessoas. Também contribuirá para garantir que as informações sobre prestadores registrados sejam transparentes.

O Capítulo inclui:

- uma estrutura atualizada para gerenciar as informações
- uma nova definição de dados protegidos
- quem pode coletar, usar e comunicar os dados protegidos e quando.

O Capítulo 7 também inclui mais medidas para proteger denunciante – pessoas que alertam sobre irregularidades. Isso garante que as pessoas idosas, suas famílias, cuidadores e profissionais reportem as informações sem medo de punições ou de tratamento injusto.

Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia se souber ou suspeitar que alguém não cumpriu a lei.

Capítulo 8 – Disposições gerais

O Capítulo 8 abrange outras questões que suportarão o sistema de cuidados a idosos. Ele inclui:

- como e quando o Gestor do Sistema, o Comissário e o Comissário de Reclamações podem autorizar que terceiros ajam em sua representação
- quando o Gestor do Sistema e o Comissário podem aprovar formulários, cobrar taxas e utilizar programas de computador para tomar decisões específicas
- que o Ministro de Cuidado a Idosos pode estabelecer regras.

Este Capítulo permite que as pessoas solicitem uma revisão de certas decisões determinadas pelo Comissário, pelo Comissário de Reclamações, pelo Gestor do Sistema e pela Autoridade Independente de Precificação em Saúde e Cuidado a Idosos.

Também explica que o Gestor do Sistema apresentará um relatório sobre suas atividades e revisará os depósitos reembolsáveis para serviços de alojamento anualmente.

Amparo à nova Lei e próximos passos

Lei de Cuidado a Idosos (Disposições Consequenciais e Transitórias) de 2024

A *Aged Care (Consequential and Transitional Provisions) Act 2024* [Lei de Cuidado a Idosos (Disposições Consequenciais e Transitórias) de 2024] foi sancionada em 10 de dezembro. É um instrumento legal que garante o início da vigência da nova Lei de Cuidado a Idosos e ampara a transição para sua plena aplicação.

Seus 4 principais objetivos são:

- tornar a nova Lei de Cuidado a Idosos o principal conjunto de leis para o cuidado a idosos, removendo as leis atuais – incluindo a *Aged Care Act 1997* [Lei de Cuidado a Idosos de 1997], a *Aged Care Quality and Safety Commission Act 2018* [Lei da Comissão de Qualidade e Segurança dos Cuidados a Idosos de 2018] e a *Aged Care (Transitional Provisions) Act 1997* [Lei de Cuidado a Idosos (Disposições Transitórias) de 1997]
- assegurar que as informações sobre a legislação de cuidado a idosos se refiram à *Aged Care Act 2024* [Lei de Cuidado a Idosos de 2024] em vez das leis antigas
- detalhar como a legislação vigente será alterada para a nova Lei a partir de 1º de novembro de 2025
- alterar as leis de liberdade de informação, a *National Disability Insurance Act 2013* [Lei Nacional de Seguro para Pessoas com Deficiência de 2013] e a *Crimes Act 1958* [Lei de Crimes de 1958] em resposta às recomendações 77 e 88 da Comissão Real.

A lei garantirá que as pessoas idosas sigam recebendo cuidados a idosos seguros e de alta qualidade durante a transição à nova legislação. Ela também permite que prestadores de cuidados a idosos aprovados se tornem prestadores registrados no novo sistema.

Coleta de opiniões sobre as Regras

Um conjunto de Regras apoiará a nova Lei. As Regras explicam como a nova Lei será implementada na prática. Podemos revisar e alterar esses detalhes ao longo do tempo, se necessário. Por exemplo, se surgirem questões ou houver mudanças nas melhores práticas.

A maioria das Regras já existe e se tornará parte da nova Lei. No entanto, novas regras serão introduzidas. Por exemplo, Regras que explicam como funcionará o financiamento para o Support at Home.

Gostaríamos de opiniões para nos ajudar a:

- aprimorar as Regras com base no que a comunidade nos informa
- assegurar que as Regras incluam as opiniões coletadas nas consultas anteriores
- identificar o que os prestadores precisam para se preparar para a nova Lei.

A consulta também é uma forma de ajudar todos a compreender como as novas Regras afetam as pessoas idosas e seus cuidados.

Saiba mais sobre a consulta sobre as Regras em www.health.gov.au/our-work/aged-care-act/consultation.

Ajuda na preparação para a nova Lei

Ofereceremos apoio às pessoas idosas, suas famílias, seus cuidadores e ao setor de cuidado a idosos na preparação para a nova Lei.

Garantiremos que as pessoas afetadas pelas mudanças compreendam:

- o que isso significa para elas, o que está sendo alterado e o que permanece igual
- o que precisam fazer para se preparar e quando devem fazer as mudanças
- quais informações e orientações providenciaremos, e quando e como acessá-las.

Criamos a Aged Care Transition Taskforce [Força-tarefa de Transição do Cuidado a Idosos] para ajudar o setor de cuidados a idosos se adaptar à nova Lei. A Força-tarefa trabalhará com o setor para identificar e solucionar problemas, além de aconselhar o governo.

As pessoas na Força-tarefa são especialistas com experiência diversa no cuidado a idosos. Elas incluem pessoas com experiência em regulação, prestação de serviços, educação e treinamento, dados e tecnologia digital, pessoas idosas, Povos Originários, força de trabalho de cuidados a idosos, atendimento clínico e atenção primária.

A Força-tarefa também supervisionará e orientará as mudanças para assegurar que sejam executadas adequadamente.

Saiba mais sobre a Força-tarefa de Transição do Cuidado a Idosos em <https://www.health.gov.au/committees-and-groups/aged-care-transition-taskforce>.